



FUNDADA EM 1882

Plano de Actividades e Orçamento

2012

Assembleia - Geral Ordinária

14 de Novembro 2011

29 de Março 2012



PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO 2012

Apresentado às Assembleias-Gerais de

14 de Novembro 2011

29 de Março 2012



CORPOS GERENTES

PARA O TRIÊNIO 2009 - 2011

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente	Maria Isabel Mendes Moreira Porto
1º. Secretário	Manuel Jorge Gonçalves de Oliveira
2º. Secretário	Manuel José Reis Vaz

DIRECÇÃO

Presidente	Eduardo Alcino de Figueiredo Moutinho
Vice-Presidente	Álvaro José da Costa Fraga Pereira
Secretário	Carlos Manuel Ribeiro Soares Braga
Tesoureiro	Álvaro Carlos de Sampaio e Silva
Vogal	Maria Manuela de Oliveira Duarte Almeida
Vogal	Eugénia de Lourdes Martins Amado Costa e Silva
Vogal	Eduardo Jesus Durán Ferreira

CONSELHO FISCAL

Presidente	Carlos Alberto Vasconcelos Barbedo Costa
Vogal	Miguel Maria Bragança da Cunha Osório Araújo
Vogal	António Cardoso



CORPOS GERENTES

PARA O TRIÉNIO 2012 - 2014

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Manuel Jorge Gonçalves de Oliveira
1º. Secretário	António Cardoso
2º. Secretária	Ivone Maria Ferreira Soares Alvim Braga

DIRECÇÃO

Presidente	Álvaro José da Costa Fraga Pereira
Vice-Presidente	Carlos Manuel Ribeiro Soares Braga
Secretária	Carla Maria Monteiro Soares Alvim Braga
Tesoureiro	Álvaro Carlos de Sampaio e Silva
Vogal	Manuel José Reis Vaz
Vogal	Eduardo Jesus Durán Ferreira
Vogal	Mafalda Maria Rodrigues Guedes Cardoso

CONSELHO FISCAL

Presidente	Carlos Alberto Vasconcelos Barbedo Costa
Vogal	Miguel Maria Bragança da Cunha Osório Araújo
Vogal	Pedro Nuno de Lima Ferreira



INTRODUÇÃO

Cumprindo o imperativo estatutário e preceitos legais, compete apresentar o Plano de Actividades e o Orçamento para 2012 à Assembleia - Geral da Associação do Hospital de Crianças Maria Pia.

A Assembleia - Geral para a sua apresentação foi convocada para o dia 14 de Novembro de 2011.

Em virtude do Acto Eleitoral que decorreu na mesma altura e por costume na nossa Instituição, a apresentação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte é apresentado até à realização da Assembleia - Geral Ordinária de apresentação do Relatório e Contas da actividade do ano findo. É, por conseguinte, curial que a nova Direcção se debruce no Plano de Actividades com inteira propriedade. Acresce o facto de a nova Direcção e Corpos Gerentes terem sido eleitas com Associados que, pela primeira vez desempenham Cargos Gerentes, necessitando de algum tempo para conhecerem os parâmetros de continuidade a acções porque se tem pautado a governação da nossa Associação.

E num momento em que o País atravessa um tempo dos mais difíceis da nossa história recente e particularmente, a vida da nossa Associação já está a sofrer alterações importantíssimas na sua Missão, é prudente e inteiramente realista que o Plano de Actividades não deixe de ter em linha de conta as situações em que vivemos.

É sabido que sofremos um rigoroso plano de ajustamento orçamental que implica fortes constrangimentos, fundamentalmente e ao que nos interessa, na área da Saúde.

Por outro lado, ao anunciarmos agora à Assembleia Geral que, por relato pessoal do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, E.P.E., Dr. Fernando Sollari Allegro, na visita que nos fez em 31 de Janeiro, a Tutela irá desalojar os Serviços de Pediatria do nosso Hospital que tem mantido e gestionado por força da aplicação do Decreto -Lei 704/74 de 7 de Dezembro, transferindo - os para o Hospital Geral de Santo António, até meados de Julho, o Plano de Actividades e Orçamento deverá ser o mais contido possível em virtude dos factos e de o Estado, através da renda mensal que paga pelo uso corrente dos edifícios, ter um peso significativo no nosso orçamento, o que quererá dizer que, pelo menos até ao fim do ano corrente, o mesmo não poderá ser um orçamento de expansão, antes, um orçamento de contenção e de sustentabilidade financeira, actos que já fomos praticando durante o ultimo trimestre de 2011, conforme é reflectido no Relatório e Contas do Exercício de 2011.



Pela primeira vez e desde que assumimos funções de Direcção na nossa Associação há volta de 25 anos, a elaboração do nosso Plano de Actividades e do Orçamento para o ano de 2012 obedeceu a um processo muito profundo de reflexão estratégica, em atenção a duas condicionantes vitais: em primeiro lugar, pela projecção deste plano para o triénio da Direcção e, em segundo lugar, pela viragem histórica que finalmente irá sofrer o nosso Hospital, razão primeira da nossa fundação e existência.

Mas o plano deverá possuir enquadramento neste condicionalismos e apesar da conjuntura económica, uma capacidade operativa de alteração de funções Hospitalares que até aqui vinham a ser implementadas, uma vez que não pretendemos exercer nem temos quaisquer hipóteses de nos substituímos ao Estado na área de Saúde que neste momento está fortemente consolidada em termos estratégicos, verificando-se que a tendência generalizada é a concentração de serviços, tecnologias e saberes em Centros Hospitalares regionais, restando muito pouco para todas aquelas organizações privadas que foram pioneiras na área de Saúde e estamos naturalmente a referirmo-nos ao pioneirismo de saúde na área do Porto onde a nossa Santa Casa, com quem a Associação sempre teve grandes afinidades e as Ordens Terceiras, são exemplo e nós sempre nos associámos e continuaremos a fazê-lo.

Duas regras terão que ser estabelecidas:

- do investimento sustentável
- do desenvolvimento e crescimento da Associação

que o panorama irá ser modificado substancialmente.

Se até aqui e desde 1982 o exercício tem sido contido em função das receitas e poupanças, a partir de agora havemos ter de conseguir um desenvolvimento assente em aspectos comerciais até atingirmos um patamar de sustentabilidade nos serviços que poderemos prestar.

O imprescindível apoio de todos os Associados e de todos aqueles que estejam na disponibilidade de nos ajudar e que traremos com inteiro agrado e orgulho ao nosso seio será o fermento da nossa acção e a alavanca que permitirá virar a enorme pedra que nos deixam.



ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

O Estatuto das IPSS, decreto-lei 119/83 de 25 de Fevereiro está previsto ser revisto no quadro de lei de bases para a economia social.

Os nossos Estatutos não sofreram alterações desde 1985 data em que foram ratificados em Assembleia - Geral. A sua alteração esteve prevista ser efectuada no triénio anterior, porém, em atenção à previsão das alterações agora em curso, entendeu-se por bem aguardar pela efectividade das resoluções para serem preparadas as suas regulamentações adequadas em consonância com as novas leis.

É verdade que o Hospital Maria Pia desempenhou um enorme papel social na cidade, fundamentalmente no período que mediou entre a segunda grande Guerra Mundial e a implantação da dita Democracia.

É sabido o crescimento exponencial de cuidados de saúde pediátrica desenvolvidas nesse período, factor que estava aliado a uma falta incomensurável de cuidados tipo a norte do país, ocorrendo ao nosso Hospital todos os casos de especialidade.

Exemplos significativos estão comprovadas nos dados registados nos finais da década de 60, em que se chegaram a realizar anualmente mais de 50.000 consultas, mais de 70.000 tratamentos, mais de 1.500 internamentos e mais de 750 operações catalogadas como grande cirurgia: é obra para um hospital que chegou a ter 172 camas disponíveis para internamento.

Do período compreendido entre a revolução dos cravos e os nossos dias não temos dados em que possamos denunciar como importantes.

Sabemos no entanto, que muito trabalho foi desenvolvido e que acabou por definir da forma como qualquer um consegue facilmente vislumbrar.

A Missão do nosso Hospital concebe os cuidados pediátricos desde a sua fundação. Cremos que o Estado na sua organização de saúde acautelará as necessidades de todos os cuidados Pediátricos o que reduzirá de forma drástica a funcionalidade do Maria Pia.

É indubitável questionarmo-nos quanto ao tipo de cuidados Hospitalares que poderá desempenhar o Maria Pia no âmbito da Pediatria: e o óbvio aparece logo como sendo naquelas valências em que o Estado menos atenção presta ou que o desgaste de motivações facilmente se nos apresenta ou que a valorização financeira é contraproducente com a gestão estatal das coisas; digamos que a «receita» é sabida.



Por outro lado, tem o Estado deixado esse tipo de tarefas e desenvolvimento dessas valências aos seus abnegados parceiros denominadas de instituições privadas de solidariedade social, compostas, na sua esmagadora maioria, por gente de bem e Homens Bons que, com a Graça de Deus não vai faltando ao nosso país.

Estamos convencidos que o nosso Hospital poderá desempenhar uma importante ajuda à comunidade no desempenho de cuidados de saúde de rectaguarda, cuidados continuados, emergência paliativa e, porque não, em acções concertadas de profilaxia avançada.

Por outro lado e porque o Estado parece estar neste momento sem necessidade de recorrer do sector privado nas áreas relacionadas com a Pediatria, uma alternativa que com pundonor se terá que colocar e analisar num espírito da mais pura sobrevivência, será a de se abrir o Hospital Maria Pia não apenas à Pediatria e que, como é sabido, em tempos a idade pediátrica terminava aos 10 anos, para agora se considerar uma população que engloba os 18 anos (...), mas também a outras faixas etárias, o que quererá dizer que o Hospital Maria Pia poderá deixar de ser um Hospital estritamente pediátrico, como parece ser a moda técnica actual, ou seja, de ser a Pediatria uma valência que deixou de estar encerrada num Hospital Específico, como acontece na maioria dos Hospitais em Portugal e dos recentemente criados Centros Hospitalares talvez porque haja uma nova visão da criança e da maternidade ou porque as questões económicas suplantam a separação.

Será importante também referir no que concerne aos serviços de Pediatria, a ampliação e o melhor cuidado a ser prestado à Criança no âmbito dos binómios «Criança – Família» e «Criança | Família – desenvolvimento e socialização da Criança», como modelos de intervenção nos cuidados a serem prestados às crianças.

O Ano de 2012 levar-nos-á a considerar diversos estudos, workshops, parcerias de saberes, contratualização de eventuais parcerias tendentes a ser dado um destino funcional ao Hospital indubitavelmente sustentado e de justificação futura que a sociedade em todos os tempos e latitudes criou sempre as instituições que são necessárias para o seu funcionamento, porventura e teimosamente, havemos o mesmo de refazer.

Os tempos que vivemos correm por vezes demasiado depressa: é a sensação que nos fica, talvez porque estamos rodeados de informação pelas diversas formas.

Só uma perfeita capacidade de selecção da informação disponível e uma capaz gestão dos conteúdos permitirá distinguir o essencial do acessório.

Mas estamos convictos que nestes novos tempos, é imprescindível o recurso à divulgação dos conteúdos, por vezes de forma maciça.



Nesse sentido, propomo-nos dialogar e dar a conhecer a Associação e o futuro do nosso Hospital através de criação de um site, que permita interagir com a comunidade: é a maneira mais cómoda e, essencialmente rápida de obtermos os fins em vista e o intercâmbio que teremos de recorrer para dar a conhecer as nossas futuras acções.

O marketing será uma ferramenta que poderá conceber as condições para a criação de mais riqueza e de captação de novos recursos.

A era da subsidiariedade do Estado julgamos que não dará mais frutos, pelo que teremos de compaginar novos paradigmas de financiamento, quer sejam no âmbito comercial como de mecenatos, correspondendo a formas de retribuição das nossas prestações de serviços que criem um balanço estável de funcionamento.

ACÇÕES PRIORITÁRIAS

Serão indispensáveis as seguintes acções estratégicas:

- Manutenção de sustentabilidade económica e financeira da Associação
- Suspensão temporária das ajudas a terceiros em atenção à futura diminuição da receita
- No domínio da comunicação e imagem, a elaboração de um site para interacção com a comunidade de modo a ser criada uma corrente de empatia voluntária com o Hospital Maria Pia

OUTRAS ACÇÕES

- Assumpção, de preferência com o Estado, de novas formas de parcerias
- Assumpção de parcerias privadas com outras instituições e mecenatos
- Criação de uma loja on-line e de uma loja - bazar no edifício de serviços do Hospital geradora de receitas
- Criação de uma estrutura de marketing e eventos, de oferecimento de serviços e geradora de receitas provenientes de dádivas e ofertas convencionais
- No âmbito da rede de cuidados primários de saúde, iniciar as negociações para a criação de uma Unidade de Saúde Familiar
- Eventual adesão ao programa de Acolhimento de Deficientes em Ambiente Familiar (PADAF)
- Desenvolvimento da feitura do Livro sobre o Historial da Associação em execução pelo Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva
- Abertura da nossa Biblioteca, Arquivo Histórico e Instalações à comunidade



- Desenvolvimento das acções de culto habituais e abertura da nossa Capela à Comunidade se for esse o entendimento do nosso Bispo
- Recuperação e reabilitação selectiva do nosso património imobiliário em particular no edifício Sede altamente deteriorado em consequência do sinistro de incêndio havido num prédio vizinho

NOTA FINAL

A abertura da Associação do Hospital de Crianças Maria Pia sempre foi completa à sociedade, desde que salvaguardada a sua sustentabilidade económica – financeira.

Sempre houve, em todas as Direcções anteriores, o sentido de Estado de proporcionar que outros pudessem realizar uma quota parte da Missão que nos foi confiada com a fundação e gestão do nosso Hospital.

Estatutariamente, a Associação sempre foi irrepreensível quanto ao cumprimento das suas obrigações.

Colaborou sempre, em tudo e na medida das suas forças e posses económicas. Teve sempre em sua consideração o apoio à Criança e sua Família.

Esteve sempre na primeira linha do apoio dos carenciados e dos que mais necessitam.

A actual Direcção não está preparada para desiludir as futuras gerações, continuará imbuída do mesmo espírito de servir e assim será.

A Direcção



ORÇAMENTO

O orçamento da Associação do Hospital de Crianças Maria Pia é um instrumento de planeamento económico e execução das finanças intimamente relacionado com a previsão das receitas conjuntamente com a fixação das despesas previsíveis para o exercício de 2012.

A conjuntura actual e a devolução do nosso Hospital incapacitam-nos de elaborar uma previsão tanto quanto possível fidedigna da receita e da despesa.

Do lado das despesas, é ajustado o dispêndio com base na despesa essencial de funcionamento indexada a 2011.

Do lado da receita, contaremos com os valores previsionais das aplicações financeiras e do valor das rendas até ao mês de Junho.

Relativamente aos Investimentos, achamos prudente não especificar um valor em atenção à volatilidade das previsões: serão decididas caso a caso e todo aquele investimento que seja considerado excepcional e que influa no normal rumo da Associação, serão apresentados às Assembleias – Gerais Extraordinárias para discussão e votação.



ORÇAMENTO PARA 2012

RECEITAS

Prestação de Serviços	7.000,00 €
Proveitos e Ganhos Financeiros.....	111.500,00 €
Proveitos e Ganhos Extraordinários.....	138.000,00 €
Total.....	256.500,00 €

DESPESAS

Obras Diversas.....	100.000,00 €
Fornecimento e Serviços Externos.....	72.670,04 €
Custos com Pessoal.....	20.891,16 €
Amortizações.....	11.312,96 €
Outros Custos Operacionais.....	100,00 €
Encargos Financeiros.....	350,00 €
Custos e Perdas Extraordinários.....	12.000,00 €
Total.....	217.324,16 €



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da alínea c) do Artigo 42º dos Estatutos da Associação do Hospital de Crianças Maria Pia, o Conselho Fiscal vem apresentar o seu Parecer sobre o Relatório e Contas de 2011 e Orçamento e Plano para 2012 apresentados pela Direcção da Associação do Hospital de Crianças Maria Pia.

Actividade desenvolvida

Cientes de que é missão da Associação do Hospital de Crianças Maria Pia, assente na sua natureza associativa, ser uma instituição sem fins lucrativos que visa promover a colaboração em tudo de útil para com o hospital, por um lado, e a ajuda directa em todas as suas vertentes à criança e seus familiares na doença e indirecta a instituições amigas, estamos plenamente convictos de que a dedicação com que a Associação serviu e mobilizou a sua causa, correspondeu às expectativas de todos os seus Associados. As várias valências da Associação receberam a atenção, dedicação e competência ajustadas às diversas situações ocorridas durante o ano de 2011.

Apreciação da Gestão

Os resultados apresentados demonstram que a Associação tem mantido ao longo dos anos uma gestão competente, eficaz, ciente das suas responsabilidades e da missão a desempenhar. O ano de 2011 demonstrou o continuar duma política de gestão conscienciosa, procurando sempre desempenhar as suas funções de uma forma cumpridora, dedicada e humanizada.

Avaliação de Contas

A performance financeira da instituição cifrou-se dentro do esperado, para uma Associação sem fins lucrativos. O Resultado líquido foi inferior ao período homólogo em cerca de 7.000€, como resultado da redução da prestação de serviços, da redução dos custos extraordinários (devido ao cancelamento de diversos donativos natalícios) e aumento dos proveitos financeiros (resultante do aumento dos juros das aplicações). Podemos afirmar que a Associação se encontra numa situação financeira robusta, perfeitamente equilibrada e controlada, do ponto de vista financeiro.



Análise do Relatório e Contas da Direcção que compreendem o Balanço em 31-12-2011, a Demonstração dos Resultados, a variação dos fundos Circulantes e o anexo às Demonstrações Financeiras, cumprindo-nos destacar os seguintes aspectos que nos parecem mais relevantes.

- O Balanço, a Demonstração de Resultados e respectivo anexo, bem como as demais peças contabilísticas foram realizados de acordo com o PCIPSS (Plano de Contas e IPSS);
- O Balanço evidencia um Activo Líquido de 2.755.025,78 € um Capital próprio de 2.753.943,80 € e um Resultado Líquido do exercício de 32.256,69 €;
- A diminuição do Resultado Líquido do exercício de 2011 deve-se fundamentalmente:
- Imobilizado líquido diminuído 11.312,96 € de 2010 para 2011;
- As disponibilidades aumentaram de 1.400.204,28 € em 2010 e para 1.582.869,28 € em 2011.

PARECER

Tendo em consideração o exposto no ponto anterior o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

1. O relatório da Direcção traduz uma clareza da actividade desenvolvida pela Associação do Hospital de Crianças Maria Pia no exercício de 2011 pelo que se propõe que seja aprovado;
2. O Balanço, a Demonstração de Resultados e o anexo, representam adequadas e apropriadamente em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira da Associação do Hospital de Crianças Maria Pia em 31 de Dezembro de 2011, pelo que se propõe que sejam aprovados.



CONSELHO FISCAL

Análise do Orçamento e do Plano para 2012

Face ao rigor exigido na elaboração do Orçamento para o ano de 2012, não só devido à conjuntura económica global, mas também devido ao facto da tutela desalojar os serviços de pediatria do Hospital, o que terá forte impacto nas receitas provenientes das rendas, o orçamento foi elaborado de forma contida, realista e equilibrada, sem contudo deixar de reflectir o espírito humanista e de missão que a Associação deve continuar a desempenhar. O Plano de Actividades proposto para 2012 reflecte uma atitude auto sustentada e de cariz fortemente voluntariado e humanista que sempre caracterizou esta Associação.

Finalmente o Conselho Fiscal propõe um voto de louvor à Direcção pelo desempenho e expressa o seu agradecimento aos serviços a colaboração manifestada na disponibilidade de elementos que muito contribui para o desempenho das nossas funções.

Porto e Associação do Hospital de Crianças Maria Pia, 29 de Março de 2012

O Conselho Fiscal